

• Política

CONSTITUINTE

# O debate sobre a nova ordem econômica

por Francisca Stella Fogá de Brasília



Severo Gomes

para exploração de petróleo, criados pelo governo militar de Ernesto Geisel, sem autorização de lei. Na comissão, segundo Severo Gomes, a discussão em torno dos contratos de risco não deverá estar tão polarizada. O senador tem sobre sua mesa um conjunto de emendas propondo a proibição de contratos de risco. Os deputados Bacayua Cunha (PDT-RJ) e Percival Muniz (PMDB-MT), por exemplo, propõem que a nova Constituição proíba expressamente a União de firmar contratos de risco. O monopólio,

conforme a emenda de Percival Muniz, "inclui os riscos".

A partir de hoje, Severo Gomes começa a dedicar-se intensamente a negociar fórmulas de conciliação entre os grupos que se formaram na Comissão. Até ontem, ele se concentrou em ordenar o conjunto de propostas em discussão nas três Subcomissões da ordem econômica. Mas, pelo que ouviu nos últimos dias de alguns dos constituintes, que fecharam com o grupo conservador nas votações das Subcomissões, já tem claras as possibilidades de conciliação.

Sobre a presença do Estado na economia, por exemplo, o senador sentiu a preocupação dos constituintes comprometidos com grandes empresários com o anteprojeto aprovado na Subcomissão de princípios gerais, que reduz drasticamente a intervenção do Estado. Os representantes do Nordeste, inclusive os mais conservadores entre eles, pondera o senador, sabem que o Estado é fundamental para corrigir as desigualdades entre as regiões.

No conjunto, segundo o senador, os proprietários rurais não ignoram a importância do Banco do Brasil para o financiamento da atividade agrícola, pondera Severo Gomes.

Existe, segundo o senador, praticamente consenso quanto às falhas da intervenção do Estado na economia brasileira. E os instrumentos para corrigi-las contarão com apoio até mesmo dos mais acirrados defensores da estatização. O instrumento mais eficaz, na opinião de Severo Gomes, é o controle da atividade produtora do Estado pelo Legislativo, que deve ter o poder de decidir sobre a criação ou a extinção de empresas estatais.

**REFORMA AGRÁRIA**  
Também a grande polêmica sobre a reforma agrária,

## As regras para a economia

por Francisca Stella Fogá de Brasília

As principais regras sobre economia, sistema financeiro e impostos, aprovadas nas subcomissões da Constituinte são as seguintes:

• **Capital Estrangeiro** — Qualquer empresa, desde que tenha sede no Brasil e seja "constituída sob as leis brasileiras", é considerada empresa nacional. A definição, aprovada na Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, foi proposta pelo deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Independentemente de ser controlada por estrangeiros, a empresa seria considerada nacional, inclusive para efeito de explorar recursos minerais.

• **Reserva de Mercado** — A Subcomissão de Ciência e Tecnologia aprovou a proposta da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), segundo a qual "o mercado integra o patrimônio nacional". Reserva de mercado, de acordo com a proposta, pode ser criada por lei. Na Subcomissão de Princípios Gerais, a proposta de previsão constitucional de reserva de mercado foi rejeitada.

• **Petróleo** — O campo do monopólio estatal foi restringido. Saiu vitoriosa na Subcomissão de Princípios Gerais a proposta do deputado Rubem Medina (PFL-RJ), que autoriza o monopólio somente para a pesquisa e a lavra do petróleo, as etapas mais arriscadas e mais onerosas de exploração econômica. O processamento, a importação e exportação e o transporte do petróleo e do gás natural ficarão para a iniciativa privada.

• **Estado** — A intervenção do estado na economia somente é autorizada temporariamente, para "organizar setor de interesse coletivo relevante que, comprovadamente, não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de livre concorrência e de liberdade de ini-

ciativa". Proposta do deputado Rubem Medina.

• **Reforma Agrária** — Em razão do impasse na votação da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, foram aprovados somente dois artigos. Um deles é programático e prevê que a propriedade rural deve ter função social. O outro propõe a criação de justiça agrária em regiões de grandes conflitos. A subcomissão rejeitou integralmente o anteprojeto do relator, o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que previa a fixação de limite máximo de propriedade rural (até 100 módulos) e a possibilidade de imissão imediata na posse de imóveis desapropriados.

• **Heranças e Doações** — A Subcomissão de Tributos aprovou a criação de imposto sobre heranças e doações.

• **Imposto de Renda** — Os estados podem criar adicional de 5% sobre Imposto de Renda cobrado pela União. A proposta da Subcomissão de Tributos estabelece uma importante garantia para os contribuintes: somente pode ser cobrado o Imposto de Renda segundo as regras previstas em lei vigente antes do início da aquisição das rendas.

• **Impostos Indiretos** — O Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) absorve os impostos únicos cobrados pela União e o ISS, cobrado pelos municípios. Aumenta a participação dos estados e dos municípios nos fundos de participação.

• **Sistema Financeiro** — Os bancos estrangeiros são proibidos de captar recursos no Brasil. Foi rejeitada a proposta do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que fixava o limite máximo de 12% ao ano de juros reais. Extinção das cartas patentes.

• **Gastos Públicos** — O Banco Central não pode emitir títulos públicos para cobrir dívidas. Maior controle do Congresso sobre o Orçamento da União e das estatais.

## Richa promete bloquear criação de novos estados

por Andrew Greenlees de Brasília

Os constituintes favoráveis à criação de oito novos estados no Brasil têm pela frente um difícil obstáculo: o relator da Comissão da Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), adiantou ontem que não incluirá em seu anteprojeto a divisão territorial proposta pela Subcomissão dos Estados.

"Isto não é matéria constitucional", justificou Richa, informando ainda que pretende negociar com seus autores uma fórmula para solucionar o caso. Uma das possibilidades, disse o senador, seria a indicação pela Constituinte de uma comissão com pra-

zo de um ano para analisar a divisão territorial do País.

Sempre salientando que poderá ser vencido na votação do tema, Richa argumentou que, "teoricamente", a criação dos novos estados seria interessante, mas apontou o pesado encargo financeiro para a União como fator contrário à proposta.

O anteprojeto da subcomissão prevê a criação dos estados de Tocantins (no norte de Goiás), do Juruá (no Amazonas), do Tapajós (no Pará), do Triângulo Mineiro, de Santa Cruz (no sul da Bahia) e de Maranhão do Sul, além da elevação dos territórios do Amapá e de Roraima à condição de estados.

## Uma defesa do papel das Forças Armadas

Sem querer que fosse entendido como uma antecipação de voto, mas destacando que era uma posição já bastante conhecida e divulgada, o presidente da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária, e Garantia das Instituições, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) posicionou-se quanto ao papel das Forças Armadas, que para ele devem continuar como estão, responsáveis pela guarda da soberania do País e capazes de atuar, quando solicitadas, para garantia das instituições.

### A INTERVENÇÃO NA ORDEM INTERNA

O senador, que é coronel da reserva do Exército, explicou a EBN que defende as Forças Armadas como defensoras da lei e da ordem, mas fazendo questão de explicitar que seu enten-

dimento não passa pela colocação de tropas militares para cobrir uma greve de bancários (por exemplo). Para isso, disse o senador, existem outros canais. Primeiro a Polícia Civil, depois a militar, e somente quando existir o risco de algo que ponha em perigo a segurança nacional, "como por exemplo um atentado a uma siderúrgica ou a uma usina como a CHESF", é que as Forças Armadas devem intervir. Outra situação que o senador defende como necessária a intervenção das Forças Armadas é na possibilidade de surgir uma tentativa de golpe armado contra o sistema.

Em todos os casos, a convocação e determinação da atuação das Forças Armadas passariam pela ordem do presidente da República.

## A votação dos projetos começa no próximo dia 12

por Francisca Stella Fogá de Brasília

Os projetos dos relatores das oito comissões da Constituinte deverão começar a ser votados no próximo dia 12. Antes disso, por decisão tomada ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, os relatores poderão apresentar projetos preliminares para que os constituintes apresentem emendas.

A rigor, o regimento interno da Constituinte não prevê a apresentação de emendas aos substitutos dos relatores, mas, em razão das dificuldades surgidas nas votações das subcomissões, vários constituintes, entre eles Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Genoíno (PT-SP), consultaram Ulysses Guimarães sobre a antecipação da entrega do projeto pelo relator e a possibilidade de ser emendado.

O presidente da Constituinte manteve o prazo global de encerramento dos trabalhos das comissões.

Até o dia 15 de junho os projetos das comissões deverão ser entregues à Comissão de Sistematização. Mas os prazos e alguns procedimentos a serem seguidos pelas comissões foram alterados.

Até sexta-feira próxima, os projetos preliminares dos relatores serão entregues. Nos dias 8 e 9, domingo e segunda-feira, poderão ser apresentadas emendas aos projetos. Os relatores terão, em seguida, dois dias, terça-feira e quarta-feira da próxima semana, para fazerem novo projeto, incorporando as medidas. No dia 12, sexta-feira começarão as votações.

Ulysses Guimarães esclareceu também em ofícios encaminhados ontem aos presidentes das comissões, que os relatores não estão obrigados a reproduzir em seus projetos os textos dos anteprojeto aprovados nas subcomissões e das emendas apresentadas.

## Esquerda negocia jornada de 40 horas semanais

por Thais Bastos de Brasília

Entregues os três anteprojeto — direitos dos trabalhadores; saúde, segurança e meio ambiente; e minorias — à Comissão da Ordem Social, os 85 constituintes, membros da Comissão Temática, se prepararam para uma nova rodada de discussões e acordos políticos de forma a fazer prevalecer seus interesses. Constituintes de esquerda, como Paulo Paim (PT-SP) e Augusto de Carvalho (PCB/DF), avaliaram que a composição da comissão permite segurança de aprovação dos principais temas de interesse do trabalhador garantidos nos anteprojeto.

A negociação de outros, no entanto, é vista como natural e até mesmo inevitável pelos deputados. A redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas, aprovada na Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores, por exemplo, integra uma lista de dispositivos mais visados e que deverão enfrentar grandes resistências na Comissão Temática. Um constituinte ligado a setores empresariais confidenciou a este jornal já haver um certo entendimento entre membros do PMDB e do PFL para propor 44 horas semanais.

"Um meio-termo entre as atuais 48 horas exigidas e as 40 defendidas pela esquerda", analisou.

A estabilidade no emprego, da forma em que foi aprovada na Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores, também parece ter todas as condições de integrar a lista. O texto do anteprojeto garante estabilidade desde a admissão no emprego, ressalvados os noventa dias de experiência, e o cometimento de falta grave comprovada judicialmente. Regulamentações são previstas para a matéria, mesmo por parlamentares do bloco mais progressista da Comissão de Ordem Social, como exceções ao trabalho de natureza sazonal ou mesmo isenção do cumprimento do dispositivo para pequenas e microempresas.

Uma série de outras garantias previstas nos anteprojeto das subcomissões da Ordem Social entrará, inevitavelmente, em choque com outros dispositivos de outras subcomissões. É o caso, por exemplo, do artigo 2º, inciso XXV do anteprojeto da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores que proíbe, como caracterização de renda para efeitos tributários, remunerações inferiores a vinte salários mínimos. Como manter um sistema de tributação capaz de sustentar todo o estado excluindo da arrecadação mais de 90% dos trabalhadores do mercado formal da economia é seguramente uma questão difícil de responder e o bom senso dos constituintes sabe disso.

## Regimento interno poderá ser modificado

A necessidade de dar espaço à negociação entre as forças políticas determinará a alteração — sob a forma de interpretação dada pela mesa — do regimento interno da Constituinte. A modificação será feita para permitir que os pareceres dos relatores nas comissões temáticas possam receber emendas e pedidos de destaque na votação, informa a Agência Globo.

A questão foi discutida ontem em encontro da cúpula do PFL com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, mas parece ser uma aspiração generalizada. Na semana passada, a

abertura de prazo para emendas ao relatório já era reclamada pela "ala progressista" na polêmica Comissão da Ordem Econômica.

Segundo o presidente do PFL, Marco Maciel, Ulysses ficou de convocar a mesa para deliberar sobre o assunto, e poderá haver dilatação dos prazos das comissões temáticas. Ele não acredita que isso venha a prejudicar os trabalhos da Comissão de Sistematização.

Maciel defendeu a medida como "indispensável" para "democratizar o processo" de elaboração da nova Constituição.

ria, segundo o senador, poderá resultar em fórmulas avançadas na nova Constituição. Sobre a proposta da imissão da União na posse dos imóveis rurais desapropriados, que produziu a maior polarização na Subcomissão, Severo Gomes imagina uma fórmula que

atenda igualmente aos dois grupos. A União tomaria posse imediata dos imóveis desapropriados, mas os proprietários poderiam contestar o quanto quiserem na Justiça a desapropriação. Saindo vitoriosos, poderiam receber a indenização em dinheiro, como se

a desapropriação tivesse sido feita por utilidade pública. Quando a desapropriação é motivada por interesse social, a indenização é em títulos da dívida agrária, o que mais assusta o grupo comprometido com os proprietários rurais.

## As propostas dos empresários

por Guilherme Barros do Rio

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou duas emendas constitucionais, que serão apresentadas na Constituinte por deputados paulistas, pedindo a supressão dos dispositivos aprovados pelas subcomissões de Direito ao Trabalho e de Seguridade, que determinam a estatização do Sesi, Sesc, Senai e Senac.

Na Subcomissão de Direito ao Trabalho, o dispositivo aprovado determina que Sesi, Sesc, Senai e Se-

nação passariam a ser administrados por uma comissão tripartite formada por empresários, governo e trabalhadores. Já na Subcomissão de Seguridade, o anteprojeto determina que as quatro entidades passariam a ser subordinadas a uma fundação pública.

As duas emendas elaboradas pelo departamento jurídico da CNI argumentam que as quatro entidades são privadas desde 1946, quando foram criadas a partir de decreto-lei, e a única participação do governo é na transferência

dos recursos arrecadados compulsoriamente nas folhas de pagamento das empresas para elas.

Os dispositivos da CNI argumentam também que a contribuição das empresas — 1,5% da folha de pagamento para o Sesi e o Sesc e 1% para o Senai e o Senac —, apesar de compulsórias, já faz parte da rotina delas. Com isso, a CNI afirma que, mesmo extinguido a compulsoriedade da contribuição, as empresas continuariam a repassar os mesmos recursos para essas entidades.

A CNI é administradora do Sesi e do Senai, enquanto a Confederação Nacional do Comércio (CNC) administra o Sesc e o Senac. As quatro entidades movimentam no ano um grande volume de recursos — o orçamento delas está sendo reelaborado diante das mudanças de expectativas inflacionárias. Os dispositivos aprovados pelas subcomissões prevendo a estatização das quatro entidades serão apreciados pela Comissão da Ordem Social, quando a CNI espera que eles sejam embargados.

## Divergências entre os industriais

por Milton Wells de Porto Alegre

Se depender do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Octávio Vieira, o documento a classe política, a ser divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), deverá mencionar além dos aspectos econômicos uma posição radical em defesa da soberania da Assembleia Nacional Constituinte e de seu poder de fixar o mandato para o presidente José Sarney.

O ex-presidente do Banco Meridional do Brasil (BMB), um dos responsáveis pela mudança de tom no documento, que em sua

versão original foi considerado "inócuo e repetitivo", acha que os empresários devem avançar no questionamento da legitimidade do mandato do presidente.

"Acho que Sarney tenta o golpe, usando Leonel Brizola como bode expiatório para a sua permanência no poder", afirma. "Mas o texto deve passar pelo plenário da Confederação e vai depender da homogeneidade da categoria. Eu apenas sugiro posições políticas. Se isso vier a ocorrer de fato, não me cabe analisar."

Vieira que ainda exerce a presidência da entidade gaúcha, cuja eleição de seu sucessor, Luiz Carlos Man-

delli, está "sub judice", explica que sustenta princípios como vice-presidente da CNI. Não representa a FIERGS, cujos associados, segundo o vice-presidente, Dagoberto Godoy, não chegaram a reunir-se para assumir uma posição conjunta.

"Luiz Octávio continua sendo um líder não contestado pelos industriais gaúchos, mas suas posições devem ser encaradas como de caráter meramente pessoal", diz Godoy. Para ele, o documento da CNI deve ser "duro", mas sem "malhinação" em cima do governo central, o que não constrói. "Deve mostrar que o governo do presidente José Sarney é omissivo, desarticulado, fraco, mas sem comprometer o processo de transição democrática, o que pode contribuir para um retrocesso institucional", afirma.

Mandelli, presidente do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERS), que não chegou a assumir de direito

a BMB, prefere não comentar o tom do documento a ser divulgado pela CNI. Roger Wright, vice-presidente da entidade, ressalva que os empresários devem abster-se de qualquer posição política-partidária, mas concorda que o manifesto da CNI deve ser incisivo.

"Ao assumir opinião favorável a um determinado período para o mandato do presidente, deriva-se para uma posição partidária", diz Wright. "Se formos favoráveis a quatro anos estamos implicitamente apoiando Covas, e se formos de acordo com cinco anos iremos ao encontro do deputado Ulysses Guimarães ou do PFL."

Por isso, julga que o texto deve ater-se à economia com críticas fortes à incapacidade de o governo conter o déficit público. "A situação está fora de controle e depois de uma moratória externa, não será surpresa se o governo decretar uma moratória interna", afirma.

## "Temos de pensar do tacape à bomba atômica"

por Andrew Greenlees de Brasília

"Temos de pensar do tacape a bomba atômica" constatava ontem o relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), cercado por cerca de duzentas emendas apresentadas por parlamentares. "Até a meia-noite de ontem, isso deve chegar a quatrocentas", calculava o relator da comissão que analisará, entre outros temas, os direitos dos trabalhadores, dos índios e negros, o sistema de saúde no País e a proteção ao meio ambiente.

A grande ênfase dada ao papel do Estado pelas subcomissões que trataram dessas questões não preocupa o senador. "Onde se detecta maior injustiça ou atraso, a tendência é apelar ao Estado e as propostas estão refletindo isso", avaliou Almir Gabriel, evitando opinar diretamente sobre os temas devido à sua condição de responsável pela aferição da posição média dos membros da comissão.

Ele admitiu, no entanto, que as propostas apresentadas até o momento "são tímidas em comparação com a de países onde a jus-

tiça social já faz parte da cultura nacional". Em seguida, ele completa a análise: "Mas se compararmos o estágio atual do Brasil, as propostas representam significativo avanço".

Ainda segundo o senador paraense, a nova Constituição deverá durar de trinta a cinquenta anos, "período de transição para que o Brasil se torne um país desenvolvido e socialmente "justo".

Para se adaptar a essa transição, acrescenta o relator, a nova carta precisa ser bastante detalhada em áreas onde a pressão social é mais forte, como no caso dos direitos trabalhistas. A preocupação de uma política de meio ambiente, outro tópico de sua comissão, "vem despertando a atenção de significativas lideranças", especialmente nos últimos dez anos. Portanto, também merece um texto analítico.

Segundo o senador, esse detalhamento é necessário até que os conceitos "se incorporem a nossos costumes". A mesma orientação, sustenta Almir Gabriel, foi adotada em outros países em desenvolvimento, como na Constituição mexicana.